

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO (CE), DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) AO PROJETO DE LEI Nº 3.118, DE 2024

PROJETO DE LEI Nº 3.118, DE 2024

Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Autores: SENADO FEDERAL - DAVI ALCOLUMBRE

Relatora: Deputada SORAYA SANTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, do Senado Federal, apresentado naquela Casa pelo Senhor Senador Davi Alcolumbre, altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Esse é o teor da ementa.



O art. 1º altera o art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para a seguinte redação, que tem acrescido um § 4º novo:

“Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e do disposto no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

.....

§ 4º As receitas de que trata o inciso III do **caput** destinadas a assegurar o atendimento a estudantes beneficiários de políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios serão aplicadas em programas de ações afirmativas que assegurem o ingresso por reserva de vagas, conforme previsão em legislação específica.” (NR)

O art. 2º da proposição altera o art. 3º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para a seguinte redação, na qual é acrescido § 4º ao dispositivo:

“Art. 3º

.....

§ 4º Na execução de programas e ações no âmbito da PNAES, será admitida a utilização das receitas de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para fins de assegurar o atendimento a estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal beneficiados pelas reservas de vagas de que trata a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.” (NR)

O art. 3º é a cláusula de vigência imediata.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Educação (CE), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com apreciação conclusiva nesses colegiados e regime prioritário de tramitação.



Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

II.1 Compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

Do exame de adequação orçamentária e financeira do PL 3.118, de 2024, verifica-se que o conjunto de modificações que o PL nº 3.118, de 2024, propõe sobre as Leis números 12.858, de 2013, 14.914, de 2024, e 12.711, de 2012, corresponde a uma expansão das prioridades de financiamento, e não do financiamento em si. Não há, portanto, impacto novo sobre receitas ou despesas da União e dos entes subnacionais, mas apenas aqueles criados anteriormente à proposição.

Dessa forma, tendo em vista seu caráter meramente normativo, a proposição em análise não acarreta qualquer impacto orçamentário ou financeiro.

Portanto, somos pela não implicação orçamentária e financeira da matéria constante do PL 3.118, de 2024.

II.2 Constitucionalidade e juridicidade

Não vislumbramos qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024. A proposição cumpre os requisitos formais e materiais exigidos pela ordem constitucional.

No aspecto da constitucionalidade formal, a proposição atende aos preceitos que regem o processo legislativo. Compete à União legislar sobre educação, nos termos do art. 24, IX, da Carta Cidadã de 1988. O art. 22, inciso XXIV, por sua vez, atribui à União a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.



A iniciativa parlamentar, exercida pelo ilustre Senador Davi Alcolumbre, encontra amparo no art. 61 da Carta Magna, não havendo, no caso, vício de iniciativa, pois a matéria não se insere no rol de competências privativas do Presidente da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há plena harmonia entre as alterações propostas e as disposições da Lei Maior. O projeto reforça a importância da assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, o que robustece o direito social à educação e a própria finalidade do Estado brasileiro de promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico nacionais.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. A alteração de uma lei ordinária (Leis nºs 12.858, de 2013, 14.914, de 2024, e 12.711, de 2012) por meio de um novo projeto de lei é o instrumento legislativo correto e apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e abstração, mostrando-se harmônico com os princípios gerais do Direito.

Finalmente, no tocante à técnica legislativa, a proposição amolda-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O texto é claro, a articulação é lógica e a alteração legislativa é apresentada de forma expressa, indicando precisamente o dispositivo legal a ser modificado, em linha com os imperativos da segurança jurídica e da clareza da norma jurídica.

II.3 Mérito

O Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, do Senado Federal, apresentado naquela Casa pelo Senhor Senador Davi Alcolumbre, altera a Lei nº 12.858/2013, para incluir as políticas de assistência estudantil a alunos da rede federal entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social (art. 47 da Lei nº 12.351/2010) — composto de recursos da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural —, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal. Por sua



vez, a lei que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), Lei nº 14.914/2024, é alterada para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior na rede federal.

No caso da modificação na Lei nº 12.858/2013, para fins de cumprimento na aplicação de recursos para a saúde e para educação proporcionalmente ao PIB (art. 214, VI da Constituição Federal), estes últimos seriam dedicados exclusivamente à educação pública, com prioridade para a educação básica e para a assistência estudantil em instituições públicas de ensino superior e de educação profissional dos entes federativos. No que se refere às receitas destinadas à assistência estudantil na educação superior e na educação profissional, estes devem ser aplicados em programas de ações afirmativas.

Quanto à alteração na Lei nº 14.914/2024, admite-se a utilização dos recursos do Fundo Social destinados à educação para a assistência estudantil em instituições federais de ensino e aos beneficiários da reserva de vagas da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Na seara educacional, os recursos em questão são mais do que bem-vindos para a redução das desigualdades sociais em nosso país, de modo que a proposta é recoberta de mérito.

O apoio à assistência estudantil é essencial para uma boa política pública. Na educação básica, isso significa oferecer estrutura que permita ao estudante permanecer e melhorar seu aproveitamento ao longo de sua escolarização. Na educação superior, isso se explica pois não basta o aluno ingressar na graduação, uma vez que o abandono e a desistência tendem a ser altos se não há apoio à permanência do estudante. A permanência do aluno se expressa como altamente relevante, entre outros aspectos, para os cotistas da Lei nº 12.711, de 2012, que são oriundos de famílias de baixa renda e precisam de todo o apoio necessário para concluírem seus cursos, seja no nível técnico do ensino médio, seja na educação superior.

Por essas razões, somos favoráveis no mérito ao projeto de lei em discussão.



II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação orçamentária e financeira da matéria constante no PL nº 3118, de 2024.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada SORAYA SANTOS
Relatora

2025-9988

